



**INSTITUTO FEDERAL**  
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

**CÉLIO SOUZA DA SILVA**  
**IVÔNIA ARDISSÃO BOLDRINE DA VITÓRIA**

**ESTRATÉGIAS PARA MELHORAR O IDEB DOS ANOS INICIAIS DAS ESCOLAS  
PÚBLICAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE MINISTRO ANDREAZZA - RO**

**PORTO VELHO, RO**

**2023**

CÉLIO SOUZA DA SILVA  
IVÔNIA ARDISSÃO BOLDRINE DA VITÓRIA

ESTRATÉGIAS PARA MELHORAR O IDEB DOS ANOS INICIAIS DAS ESCOLAS  
PÚBLICAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE MINISTRO ANDREAZZA - RO

Artigo apresentado ao Curso Superior de  
Tecnologia em Gestão Pública do Instituto  
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de  
Rondônia, como requisito para a obtenção do  
título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Me. Sandra Carla  
Pereira Barbosa

**PORTO VELHO, RO**

**2023**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO,  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Silva, Célio Souza da.

Estratégias para melhorar o IDEB dos anos iniciais das escolas públicas municipais do município de Ministro andreaZZa - RO / Célio Souza da Silva, Ivônia Ardissão Boldrine da Vitória, Porto Velho-RO, 2023.  
23 f.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Me Sandra Carla Pereira Barbosa.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em Gestão Pública) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho-RO, 2023.

1. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. 2. Meta. 3. Qualidade. I. Vitória, Ivônia Ardissão Boldrine da. II. Barbosa, Sandra Carla Pereira (orient.). III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. IV. Título.

**Bibliotecário(a) Responsável:** Marlene Fouz da Silva, CRB-11/946 (Campus Porto Velho Zona Norte)

## DEDICATÓRIA

Eu, Célio Souza da Silva, dedico este trabalho primeiramente a Deus, que sempre tem me direcionado e que não foi diferente na condução deste trabalho.

Ao meu pai, José Maria Sampaio da Silva (*In memoriam*), e a minha mãe, Aparecida de Souza e Silva, que dedicaram as suas vidas para a realização do meu sonho de estudar.

A minha esposa, Juliana Lilia Justino de Almeida; aos meus filhos, Pedro Henrique de Almeida Kuester, João Victor de Almeida Silva, Maria Helena de Almeida Silva e José Estevão de Almeida Silva, que sempre me apoiaram e tiveram paciência nos momentos difíceis e de estresse.

A todos os professores que se esforçaram para nos transmitir conhecimento, sempre com muita dedicação. Em especial, à Professora Mestra Sandra Carla Pereira Barbosa, que me orientou na execução deste trabalho.

Eu, Ivonia Ardissão Boldrine da Vitória, agradeço, primeiramente a Deus, por permitir que eu percorresse meu caminho até aqui e por ter me dado forças para todas as conquistas ao longo da minha vida.

A minha família, pelo apoio em todas as minhas decisões. Em especial, ao meu filho Luiz Pedro Boldrine da Vitória, que sempre me socorreu nas minhas dificuldades tecnológicas, em realizar as atividades de extensão; ao meu esposo, José Carlos da Vitória; e a minha filha, Maria Clara B. da Vitória. Não esquecendo o meu colega Célio, que sempre fez dupla de estudos comigo, de modo que não seria diferente na realização do nosso TCC.

A todos os professores, que não mediram esforços para transmitir conhecimento, sempre com muita afeição. De maneira especial, à Professora Mestra Sandra Carla Pereira Barbosa, que me orientou na execução deste trabalho.

## RESUMO

Considerando a educação como o meio mais importante para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos, torna-se imprescindível que esta educação seja de qualidade. Para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para melhoria do ensino, foi criado o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), o qual é um mecanismo de monitoramento na qualidade da educação no país, calculado a partir dos indicadores de fluxo escolar e das médias de desempenho da Prova Brasil. Nesse sentido, este artigo objetivou analisar o desempenho das escolas públicas do município de Ministro Andreazza-RO nas avaliações do IDEB, que são aplicadas a cada dois anos em turmas do quinto e nono ano do ensino fundamental, que atendem requisitos do MEC. Esta análise surgiu a partir do declínio apresentado nas médias das turmas dos anos iniciais do ensino fundamental I, que ocorreram nos anos de 2019 e 2021. O intuito da análise foi o de articular estratégias a curto e médio prazo, para melhorar o índice de aprendizado, alcançando, assim, as metas estabelecidas pelo MEC. Vale dizer que os dados analisados foram coletados em sites do governo federal. Para formulação de estratégias, que visam melhorar as metas analisadas, foram realizadas pesquisas qualitativas, de caráter bibliográfico e documental, nas quais se pôde constatar pouca variação nas estratégias adotadas pela Secretária Municipal de Educação (SEMED); além disso, muitas funcionaram de maneira ineficaz, não atingindo o nível de aprendizado esperado para o alcance das metas estabelecidas pelo Governo Federal. Dessa maneira, conclui-se que há uma grande necessidade de adoção de estratégias, com métodos eficazes, voltados diretamente para o processo de ensino.

**Palavras-chave:** Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Meta. Qualidade.

## ABSTRACT

Considering education as the most important means for the personal and social development of individuals, it is essential that this education is of high quality. The IDEB (Basic Education Development Index) was created to measure the quality of national learning and set targets for improving teaching. The IDEB is a mechanism for monitoring the quality of education in the country, calculated based on school flow indicators and the Prova Brasil performance averages. The aim of this article is to analyze the performance of public schools in the municipal network of the municipality of Ministro Andreazza-RO, in the IDEB assessments, which are applied every two years to fifth and ninth grade classes that meet the MEC's requirements. This analysis was based on the decline in the averages of the classes in the early years of elementary school, which occurred in 2019 and 2021. The purpose of the analysis is to articulate short- and medium-term strategies to improve the learning index, thus achieving the goals set by the MEC. The data analyzed was collected from federal government websites. In order to formulate strategies to improve the targets analyzed, qualitative bibliographic and documentary research was carried out. There was little variation in the strategies adopted by the Municipal Secretary of Education (SEMED) and many worked ineffectively, thus failing to achieve the level of learning expected to reach the targets set by the Federal Government. In this way, there is a great need to adopt strategies with effective methods aimed directly at the teaching process.

**Keywords:** Basic Education Development Index. Target. Quality.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação é o mais importante instrumento para o desenvolvimento pessoal e de uma sociedade, portanto, necessita ser de qualidade. Nesse sentido, ao longo do tempo, os países vêm construindo mecanismos para avaliação do desenvolvimento e qualidade do ensino ofertado, como também da aprendizagem dos estudantes.

A estrutura organizacional do sistema de ensino brasileiro, normatizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sistematizou a educação do país em níveis, etapas e modalidades educativas. No que se refere à organização em níveis, a LDB dividiu a educação em duas competências de ensino: o básico e o superior. Nesse sentido, é oportuno dizer que a educação básica é formada por três grandes etapas: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, delimitando os espaços temporais e pedagógicos da trajetória do aluno ao longo desse período de vida escolar.

Cada uma das etapas da educação básica possui especificidades e demandas pedagógicas próprias para cada uma das fases de escolarização. Em relação às modalidades de ensino, estas são divididas em: modalidade presencial, que exige que o aluno se desloque até a instituição, para participar das aulas; modalidade de Educação a Distância (EaD), que é desenvolvida em um formato online e sem a necessidade de o aluno ir até uma sala de aula; a modalidade semipresencial ou híbrida, na qual há as duas modalidades anteriores, com aulas presenciais e à distância; e a modalidade remota, estruturada para ofertar aulas que eram presenciais e que, por algum motivo, precisam acontecer por meio digital.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCNS, existem oito (8) modalidades para a educação básica brasileira, a saber: Educação de Jovens e Adultos (EJA), destinada àqueles que estão com faixa etária superior à considerada ideal para conclusão do ensino fundamental e médio; Educação Especial, que atravessa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, sendo destinada a alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades e superdotação; Educação Profissional e Tecnológica, que integra os diferentes níveis e modalidades, com ênfase na educação profissional; Educação Básica do Campo, que é a educação voltada para a população da zona rural e com adequações necessárias para as peculiaridades do campo; Educação Escolar Indígena, que requer pedagogia própria, em respeito às especificidades étnico-culturais de cada povo, exigindo formação específica dos docentes; Educação Escolar Quilombola, com características semelhantes a dos indígenas, mais voltada para a população quilombola; Educação a Distância (EaD), que ocorre através da utilização de meios e tecnologias, de modo

que professores e alunos desenvolvam atividades em lugares e/ou tempos distintos; e Educação Bilingue de Surdos, que foi incluída na LDB, no ano de 2021, voltada para alunos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizante, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade da educação bilingue de surdos, tendo a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e o português escrito como segunda língua.

De acordo com Chirinéa (2010), as discussões sobre a qualidade da educação no Brasil levantam questões que vão além de uma grade curricular, mas envolvem questões, como a estrutura física do prédio, a prática pedagógica, os docentes bem formados, a gestão escolar e o perfil socioeconômico do aluno, elementos esses que são fundamentais para indicar a qualidade da educação em uma unidade escolar.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado no ano de 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino, combinando dois indicadores: o desempenho dos alunos em testes padronizados e os indicadores de fluxo, como promoção, repetência e evasão.

De acordo com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), “O IDEB funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias” (Brasil, 2023).

Nessa perspectiva, surge a seguinte questão norteadora: quais as estratégias utilizadas, pelo município de Ministro Andreazza, para melhorar o IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental das escolas municipais, diante de uma queda no índice das avaliações de 2019 e 2021?

Sabendo disso, o objetivo geral deste artigo é o de realizar um levantamento bibliográfico sobre o IDEB. Tal levantamento inclui a história do IDEB, estudar como é calculado, a sua importância e as estratégias que são utilizadas para melhorar o IDEB de um local e refletir sobre as legislações que criam e regulamentam esse sistema de avaliação.

Com relação aos objetivos específicos: analisar e descrever o desempenho das escolas públicas, de ensino fundamental e médio, da cidade de Ministro Andreazza-RO no IDEB; realizar um levantamento de ações, legislações, programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), no intuito de melhorar o IDEB dos anos iniciais das escolas públicas municipais, tendo em vista que, nas duas últimas avaliações, houve um

declínio na nota do IDEB dos anos iniciais nas escolas municipais e, em 2021, ficou com média abaixo da meta definida pelo MEC.

Este artigo foi elaborado a partir da pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental. Com isso, buscamos construir um breve levantamento em publicações que precederam este trabalho, especificamente entre os anos de 2021 a 2023 e que tratassem sobre a importância do IDEB como ferramenta de desenvolvimento da educação. Para isso, foram realizadas pesquisas em artigos, monografias e dissertações publicadas nesse período em sites de busca e pesquisas acadêmicas. Também foram realizadas pesquisas documentais sobre ações do município de Ministro Andreazza-RO, que visam melhorar o índice da educação básica municipal.

Esta pesquisa se justifica pela grande importância que a educação tem para o desenvolvimento de um país e, especialmente, a educação dos anos iniciais, que disponibiliza uma base para a sequência escolar do aluno. Porém, no município em estudo, os anos iniciais foram os que apresentaram piores resultados na avaliação do IDEB no ano de 2021. Sendo assim, tais resultados chamaram atenção dos pesquisadores que trabalham na educação e/ou tem filhos que estudam nas escolas do município e se preocupam com a qualidade do ensino ofertado no referido local.

Em face do exposto, além desta parte introdutória, temos três capítulos. No primeiro capítulo, destacamos a apresentação da fundamentação teórica, que abarca os seguintes aspectos: surgimento do IDEB no contexto brasileiro, além de sua conceituação, relacionando-o às implicações normativas; o IDEB de Ministro Andreazza; e as estratégias para melhorar o IDEB dos anos iniciais das escolas públicas.

No segundo, apresentamos a metodologia e o tipo de pesquisa empreendida, descrevendo os procedimentos utilizados para a coleta e sistematização de nossos dados.

O terceiro capítulo contempla a discussão dos resultados e interpretação dos dados. Por fim, nas considerações finais, refletimos, de modo aprofundado, sobre as discussões teóricas e os resultados encontrados nesta pesquisa, seguido das referências.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Apontamentos sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB**

Pensando em uma estratégia para chegar até as escolas e reunir informações sobre os professores e estudantes, acompanhando, assim, a qualidade da educação do país, o Brasil

criou, em 1990, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), com objetivo de avaliar a qualidade da educação, saber se todos têm condições iguais de acesso à escola e de permanência nela; investigar a qualidade do ensino no país; estimular que mais pessoas conheçam a área de avaliação e façam pesquisas sobre o tema; traduzir seus dados em forma de indicadores, para auxiliar no entendimento da educação brasileira e fornecer dados e evidências, para que o governo crie políticas públicas, a fim de melhorar a educação. Posteriormente, criou-se o IDEB, para dar uma referência a esse sistema de avaliação.

Nesse sentido, vale dizer que o IDEB foi criado em 2005 e regulamentado em 2007, de forma efetiva, através do Decreto de nº 6.094/2007, que estabeleceu o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), sendo lançado em abril do mesmo ano, pelo ministro da educação Fernando Haddad, no segundo mandato do governo Lula. O IDEB acrescenta ao aspecto pedagógico das avaliações em larga escala a probabilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis e que permitem abalizar metas de qualidade educacional para o sistema.

Desse modo, o IDEB tem sido o instrumento de avaliação, de caráter amostral, que passou a produzir informações a respeito da realidade educacional brasileira, no intuito de fornecer subsídios para elaboração de políticas públicas que contribuam para a melhoria da qualidade da educação brasileira. Nesse contexto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9394/96, indica a avaliação da aprendizagem como um meio de diagnosticar o desempenho e promover novos conhecimentos, exigindo respostas mais criativas da comunidade escolar e o devido uso de sua autonomia.

Tal instrumento reúne, em um só identificador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar (promoção, repetência e evasão), medido pelo Censo Escolar; e a segunda toma como base as pontuações em exames padronizados, como o SAEB (caráter amostral) e a Prova Brasil (aplicada a todos os alunos da fase avaliada), cujos dados são utilizados para monitorar o sistema de ensino brasileiro, tendo o resultado divulgado a cada dois anos e sempre nos anos ímpares. A Prova Brasil é aplicada a cada dois anos em todas as escolas, sejam públicas ou privadas, avaliando os alunos do quinto e do nono ano do ensino fundamental. As questões envolvem conhecimento sobre língua portuguesa e matemática, trazendo resultados que vão do nível 1 ao 10.

A combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino retiver seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no SAEB, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria no

sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria no sistema.

O índice também é um importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para o acompanhamento das metas de qualidade para a educação básica, que tem estabelecido, como meta para 2021, alcançar a média 6 – valor que corresponde a um sistema educacional de qualidade, comparável ao dos países desenvolvidos.

Segundo Valle (2021), para compreender, de forma adequada, a ideia de implementação do IDEB, é necessário conhecer um pouco da história dos mecanismos de mensuração da qualidade educacional no Brasil, pois o primeiro marco importante nesse campo foi a implementação do SAEB, idealizado nos anos 1980 e realizado, pela primeira vez, no início dos anos 1990. De acordo com o mesmo autor, o outro momento de destaque, nesse processo, foi a criação da Prova Brasil, através da Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005, para expandir o SAEB e aumentar a capilaridade das informações providas.

De acordo com Moraes e Gonçalves (2022), através do IDEB, é possível compreender um pouco a realidade da educação básica, no ensino fundamental, em seus anos iniciais. A partir disso, é possível refletir sobre as condições gerais da educação pública no estado.

Segundo França *et al.* (2022), a divulgação dos resultados do IDEB por escola permite que professores e gestores conheçam a realidade da sua unidade escolar em comparação com a média nacional, estadual e municipal.

A qualidade da educação necessita de um empenho de todos os atores envolvidos no processo educacional, como está descrito no artigo 1º, do Decreto de nº 6.094/2007:

Artigo 1º “O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Compromisso) é a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica.

O comprometimento de todos os atores, em todos os níveis, realizando seu papel com a responsabilidade exigida, pode ser uma das chaves do sucesso, para que a educação possa se desenvolver com a qualidade que necessita.

## **2.2 IDEB de Ministro Andreazza**

A educação é um direito fundamental e, a partir dela, os indivíduos se desenvolvem como cidadãos e profissionais. A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 205, diz que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento

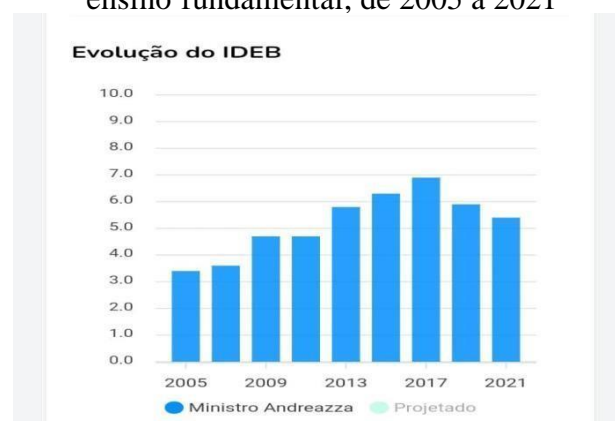
da pessoa para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Sendo assim, o principal desafio é garantir a qualidade do ensino oferecido aos alunos que frequentam as escolas brasileiras.

Ministro Andreazza é um município localizado na Zona da Mata do estado de Rondônia, região Norte do Brasil, e faz divisa com os municípios de Cacoal, Presidente Médici e Ji-Paraná, no estado de Rondônia. Além disso, faz divisa com o município de Rondolândia, no estado do Mato Grosso. De acordo com o censo (2022), possui uma população de 6.466 habitantes.

Segundo o IBGE (2021), no município, existem seis estabelecimentos de ensino fundamental e um estabelecimento de ensino médio (rede estadual), sendo todos na rede pública de ensino. Também possui 951 (novecentos e cinquenta e um) alunos matriculados no ensino fundamental e 301 (trezentos e um) no ensino médio, além de 56 (cinquenta e seis) e 18 (dezoito) docentes no ensino fundamental e médio, respectivamente, e o IDEB de 5,4 e 5,8 nos anos iniciais e finais do ensino fundamental nessa ordem.

Ao analisar os dados disponíveis no site [qEdu.org.br](http://qEdu.org.br), verifica-se que Ministro Andreazza está conseguindo elevar suas notas no IDEB em cada avaliação realizada, com exceção nos anos iniciais do ensino fundamental, nas avaliações de 2019 e 2021, nas quais ocorreram uma queda na evolução do IDEB do município, como se verifica no gráfico 01 abaixo.

Gráfico 01 – Evolução do IDEB do município de Ministro Andreazza nos anos iniciais do ensino fundamental, de 2005 a 2021



Fonte: QEdu.org.br e dados do IDEB/INEP (2021).

Além disso, na tabela 1, a seguir, ao longo dos anos e das avaliações dos anos iniciais do ensino fundamental, o município de Ministro Andreazza sempre obtinha notas acima das

metas estipuladas pelo MEC, porém, no ano de 2021, pela primeira vez, o município não alcançou tal meta.

Tabela 1 – Evolução do IDEB do município de Ministro Andreazza nos anos iniciais do ensino fundamental, de 2011 a 2021, comparando as metas estipuladas pelo MEC com as notas alcançadas pelo município

<b>Ano</b>	<b>Meta do MEC</b>	<b>Nota do Município</b>
2011	4.2	4.7
2013	4.5	5.8
2015	4.8	6.3
2017	5.1	6.9
2019	5.3	5.9
2021	5.6	5.4

Fonte: Elaborada pelos autores.

Por outro lado, quando se analisa o desempenho nos anos finais do ensino fundamental, é possível perceber que o município, no início das avaliações, apresentava uma dificuldade para alcançar as metas determinadas pelo MEC. Porém, com o passar dos anos, está conseguindo manter um nível de crescimento, como se pode verificar na tabela 2 a seguir:

Tabela 2 – Evolução do IDEB do município de Ministro Andreazza nos anos finais do ensino fundamental, de 2011 a 2021, comparando as metas estipuladas pelo MEC com as notas alcançadas pelo município

<b>Ano</b>	<b>Meta do MEC</b>	<b>Nota do Município</b>
2011	4.1	3.9
2013	4.5	4.8
2015	4.9	5.0
2017	5.1	5.2
2019	5.4	5.4

2021

5.7

5.8

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ao analisar as informações do IDEB de 2021, por escola do município, foi possível verificar uma disparidade nos resultados (notas), pois a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Nilo Coelho, nos anos iniciais do ensino fundamental, não obteve resultado; nos anos finais do ensino fundamental, obteve 6,2; no ensino médio, ficou sem resultado. A Escola Pública Municipal de Ensino Fundamental Cecília Meireles, nos anos iniciais do ensino fundamental, pontuou 5,4; nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, ficou sem resultado. A Escola Pública Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Quintino Bocaiuva, nos iniciais e finais do ensino fundamental, obteve, respectivamente, 5,1 e 4,7; no ensino médio, ficou sem resultado. A Escola Pública Municipal de Ensino Fundamental Amado Fontes ficou sem resultado em todos os anos avaliados.

Os anos que não apresentam resultado se devem, possivelmente, aos seguintes fatores: escola não ter turma correspondente ao ano avaliado; não possuir o número mínimo de dez estudantes na turma, além de não atingir uma taxa de participação mínima de 50% na turma. Vale destacar que os índices projetados pelo MEC, para os anos iniciais, anos finais do ensino fundamental e ensino médio eram 5,6, 5,7 e 4,6, respectivamente, para a avaliação do ano de 2021.

### **2.3 Estratégias para melhorar o IDEB das escolas públicas**

No ensino público, existem muitos desafios que envolvem questões de gestão e toda comunidade escolar, influenciando diretamente na qualidade do ensino ofertado, na capacidade de aprendizagem do aluno e, por consequência, nos resultados das avaliações externas realizadas.

Com a criação do IDEB, no ano de 2007, o MEC traçou metas de desempenho bianuais para cada escola e cada rede até 2022. A fixação da média seis a ser alcançada considerou o resultado obtido pelos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), quando se aplica a metodologia do IDEB em seus resultados educacionais. Seis foi a nota obtida pelos países desenvolvidos, que ficaram entre os 20 mais bem colocados do mundo.

Nesse sentido, a empresa Portabilis Tecnologia, que atua no desenvolvimento de soluções para o governo, especialmente para as áreas de educação e assistência social,

descreve em seu site <https://blog.portabilis.com.br> algumas dicas para que as escolas superem as metas estipuladas no IDEB, a saber: estimular o hábito de leitura nos estudantes; oferecer aulas de contraturno; estabelecer metas para as políticas pedagógicas e desburocratizar processos, através da informatização.

Corroborando isso, Nogueira (2021) afirma que bons resultados no IDEB podem estar relacionados a projetos e programas utilizados pelos estados. De acordo com Gomes *et al.* (2016), há evidências de que a melhoria da qualidade do ensino tem menos relação com o volume de recursos aplicados, estando mais relacionada à gestão, ao comprometimento, à responsabilidade, à formação e à avaliação.

Com base no site da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas, através das falas de secretários municipais, professores e coordenadores, estratégias de trabalho em equipe, envolvimento dos familiares, dedicação dos professores e conteúdos programáticos diversificados foram algumas das ações que as escolas da prefeitura de Manaus, com as melhores notas no IDEB 2019, desenvolveram para alcançar as metas.

Nesse contexto, realizamos uma pesquisa documental das estratégias e projetos desenvolvidos pelo município de Ministro Andreazza, para melhoria das notas no IDEB e desempenho nas avaliações externas, através de política educacional, que envolvesse o ensino/aprendizagem dos alunos.

Nesse sentido, a prefeitura de Ministro Andreazza, através da Lei nº. 905/PMMA/2.009, de 22 de dezembro de 2009, que institui o plano de carreira, cargos e remuneração dos profissionais da educação básica da rede pública municipal, dando outras providências no seu artigo 26, § 1º determina que os professores com regência na educação infantil e em turmas de 1º ao 5º ano do ensino fundamental devem destinar, dentre outras atividades, 12h (doze horas) a trabalhos individuais ou coletivos na unidade escolar, sendo que 06h (seis horas) semanais deverão ser garantidas para o reforço escolar.

A Lei nº. 1.449/PMMA/2015, que aprova o Plano Municipal de Educação do município de Ministro Andreazza, com duração para o decênio 2015-2025, com vistas ao cumprimento do disposto na Lei Federal, nº 13.005, de 26 de junho de 2014, em seu Artigo 2º, que define as diretrizes do PME – 2015-2025, determina, no seu IV, a necessidade de melhoria da qualidade da educação.

Dentre as estratégias para aprimorar o IDEB nas escolas públicas, a função do gestor pedagógico e escolar é primordial. Assim, para Vasconcelos (2010), no conjunto das funções do coordenador pedagógico, a principal é a de desenvolver a mediação que os professores

devem fazer em sala de aula: acolher, provocar, subsidiar e interagir, bem como ajudar na elaboração e concretização da proposta pedagógica da escola.

Costa (2018) expõe que, para esse fim, a diversidade das questões que cercam o papel do gestor escolar gira em torno de mobilizar; buscar parcerias; delegar responsabilidades; promover a integração e articulação entre as pessoas. Assim, a gestão de recursos humanos deve oferecer sustentação para essa ação, pois somente com esses parâmetros o espaço escolar cresce, visando um padrão de qualidade para mudanças de direção e caminhos, melhorando, assim, suas metas nos exames nacionais, a exemplo do IDEB.

### 3 METODOLOGIA

Este estudo foi realizado através de uma pesquisa qualitativa, por meio de investigação bibliográfica e documental, de caráter descritivo, buscando, a partir de estudos já publicados, conhecer e descrever o sistema de avaliação e desenvolvimento da educação básica do Brasil.

De acordo com Brito *et al.* (2021), a pesquisa bibliográfica é seguida, praticamente, em qualquer tipo de trabalho acadêmico-científico, uma vez que permite ao pesquisador ter acesso ao conhecimento já produzido sobre o assunto que deseja pesquisar.

Sendo assim, para a realização desta pesquisa e posterior análise e discussões, foram selecionados dois artigos, uma monografia, uma dissertação de mestrado e sites oficiais [mec.gov.br](http://mec.gov.br), [censo2022.ibge.gov.br](http://censo2022.ibge.gov.br), [cidades.ibge.gov.br/brasil](http://cidades.ibge.gov.br/brasil), [qEdu.org.br](http://qEdu.org.br), [www.ministroandrezza.ro.gov.br](http://www.ministroandrezza.ro.gov.br) do governos federal e do município em estudo.

Os critérios para seleção dos artigos, dissertação e monografias estiveram relacionados ao objeto de nosso estudo: uma avaliação sobre o IDEB. Os sites utilizados foram pesquisados para obtenção de dados oficiais das notas obtidas no IDEB, informação sobre o município em estudo e de publicações de documentos e legislação referente ao assunto estudado.

Para inquirição desse material, foram utilizadas plataformas de pesquisas, como: o *google*, *google acadêmico*, *scielo.br* e sites oficiais: [mec.gov.br](http://mec.gov.br), [censo2022.ibge.gov.br](http://censo2022.ibge.gov.br), [cidades.ibge.gov.br/brasil](http://cidades.ibge.gov.br/brasil), [qEdu.org.br](http://qEdu.org.br), [www.ministroandrezza.ro.gov.br](http://www.ministroandrezza.ro.gov.br) dos governos federal e municipal. Para determinar uma relação com o objetivo da pesquisa, foram utilizados alguns critérios para inclusão de documentos neste nosso trabalho, vejamos no quadro 01 abaixo:

Quadro 01 – Critério para inclusão

ITEM	CRITÉRIOS DE INCLUSÃO
01	Que definisse o que é o Ideb
02	Relatasse a história e desenvolvimento do Ideb
03	Descrevesse como é calculado o Ideb
04	Apresentasse estratégias para melhorar o Ideb de um determinado local
05	Os sites deveriam apresentar os dados oficiais sobre o objeto de estudo
06	Os artigos e monografias deveriam ter sido publicados entre os anos de 2021 a 2023

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para realização deste trabalho, foi utilizado um breve levantamento, com um período de recorte de três anos, contemplando trabalhos que tivessem sido publicados entre os anos de 2021 e 2023. Para tanto, foram selecionados artigos, dissertações e monografias que tivessem sido publicados nesse período.

Feita a seleção dos documentos, partimos para a classificação e listagem por gênero, títulos e ano de publicação, como destaca o Quadro 02, que expõe as particularidades dos documentos analisados:

Quadro 02 – Particularidades dos documentos analisados

Gênero	Autor	Título	Tema	Ano
Artigo	Francisco das Chagas Rodrigues de Moraes; Rodrigo Santaella Gonçalves	A qualidade da educação do Amapá e seu reflexo nos indicadores do Ideb de suas escolas públicas nos anos iniciais do ensino fundamental.	Qualidade da educação	2022
Artigo	Somario de Oliveira França; Kallyne Kafuri Alves; Ana Lúcia Cunha Duarte	A utilização do índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) pelos gestores escolares: desafios da qualidade da	IDEB na gestão escolar	2022

		educação.		
Monografia	Tomás Ruiz de Gamboa do Valle	IDEB e Accountability: Efeitos da publicação do Índice na Educação Pública Municipal Brasileira.	Efeitos da publicação do IDEB	2021
Dissertação	Andréa Peixoto Leandro Nogueira	Avaliação do ideb: um estudo do processo avaliativo da segunda etapa do ensino fundamental no Brasil nos anos de 2013 a 2017.	Avaliação do IDEB	2021

Fonte: Elaborado pelos autores.

#### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Na pesquisa realizada, foi possível verificar a importância dos mecanismos de avaliação externa do sistema educacional brasileiro, a exemplo do IDEB, como instrumento de análise e definição de estratégias para o fortalecimento e melhoria da qualidade da educação.

Corroborando isso, Valle (2021) afirma que o IDEB foi criado para medir a qualidade de aprendizado no país e estabelecer metas para a melhoria do ensino, além da sua atribuição primária de monitorar a qualidade educacional. Pelo fato de o IDEB ser público e objetivo, pode gerar um choque de accountability, que permitiria que a sua existência estimulasse melhorias nas escolas da rede pública.

Verificou-se que o IDEB é o principal índice de avaliação do desenvolvimento da educação básica no Brasil, capaz de produzir informações a respeito da realidade educacional brasileira e que auxilia nas definições de medidas para melhorar a qualidade da educação, porém, tem influência direta do ambiente onde está inserida ou estruturada a comunidade escolar.

Nesse sentido, Nogueira (2021) afirma que gestores dos executivos municipais e estaduais, gestão escolar e secretarias de educação estão utilizando de artifícios para modificar ou adaptar suas metodologias pedagógicas, para alcançar médias positivas nas avaliações externas, principalmente, no IDEB, que possui maior notoriedade.

Segundo Valle (2021), o IDEB se tornou o mais relevante indicador de qualidade escolar no Brasil e se consolidou como ferramenta crucial para pesquisadores no campo da educação.

Fazendo uma crítica ao sistema de avaliação externa da educação brasileira, Morais e Gonçalves (2022) afirmam que a parcialidade e/ou limitação das avaliações externas brasileiras é uma das problemáticas do sistema, por não avaliarem outras áreas do conhecimento, como as ciências humanas, simplificando e resumindo a qualidade na educação por indicadores limitados e padronizados, não levando em consideração as especificidades e a realidade das escolas brasileiras.

Desse modo, buscando solucionar parte dessa problemática e após muitas críticas e sugestões de especialistas sobre o sistema de ensino e avaliação da educação, neste ano de 2023, através da portaria nº 267, de 26 de junho de 2023, que estabelece parâmetros e diretrizes gerais para implementação do SAEB 2023, no âmbito da política nacional de avaliação da educação básica, amplia e garante que, a partir de 2023, serão também analisadas áreas das ciências naturais e ciências humanas, além das avaliações de língua portuguesa e matemática, que já eram avaliadas nos anos anteriores.

Analisando o IDEB do município em estudo, foi possível verificar que este, de maneira geral, está conseguindo, ao longo das avaliações, atingir as metas estipuladas pelo MEC em cada ano avaliado, com exceção das duas últimas avaliações, nos anos de 2019 e 2021, pois os anos iniciais do ensino fundamental apresentaram uma regressão nos seus índices, especialmente no ano de 2021, não alcançando a meta de 5,6, estipulada pelo MEC.

Verificou-se que, da avaliação de 2017 para a avaliação de 2021, o município regrediu 1,5 pontos na nota do IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental, saindo de 6,9 para 5,4 em apenas 4 anos, o que deve servir de alerta para os gestores da educação municipal e chamar a atenção dos pesquisadores.

Apesar de não ser objeto de estudo deste trabalho realizar levantamento dos motivos que levaram a essa queda do IDEB nos anos iniciais, pode-se sugerir que, especialmente no ano de 2021, esse problema esteja relacionado ao período da pandemia da COVID-19, em que as escolas estavam com aulas presenciais suspensas e tendo que adotar o sistema remoto para repassar os conteúdos aos estudantes, tendo, assim, prejudicado o aprendizado, especialmente dos alunos mais novos que, possivelmente, possam ter apresentado uma maior dificuldade de adaptação ao sistema forçadamente adotado.

De acordo com Senkevics e Alcântara (2023), os principais estudos nacionais e internacionais indicam prejuízos significativos de aprendizado, aumento da evasão escolar,

elevação das desigualdades educacionais, além de impactos negativos no bem-estar e na saúde mental de estudantes e professores. Nesse período, as crianças, em seus primeiros anos de escolarização, foram as mais expostas ao risco de não aprendizado, pelo fato de apresentarem maior dependência do acompanhamento escolar e docente.

Por outro lado, a pandemia da COVID-19 também trouxe consequências positivas para a educação brasileira, pois, em pouco tempo, foi necessário que pais, alunos, gestores e educadores se adaptassem à nova realidade, abandonando, assim, os medos e dúvidas, buscando soluções, para que o processo de educação continuasse.

Nesse processo, toda comunidade educacional precisou se unir, apresentando alternativas para o sistema tradicional de ensino. Para os alunos, foi um momento de amadurecimento, disciplina e, acima de tudo, organização, para manterem o foco nos estudos, diante de um cenário de autonomia do tempo para as atividades escolares. Enfim, foi um momento de colaboração de alunos, professores, pais e gestores.

Em relação aos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, o município conseguiu manter um nível de crescimento nas últimas avaliações, depois de um início com maior dificuldade, para atingir os objetivos sugeridos pelo MEC. A partir da avaliação de 2013, sempre conseguiu atingir ou ultrapassar a meta definida pelo MEC nesses dois grupos de avaliação.

A melhoria na qualidade da educação deve sempre ser uma busca contínua dos gestores escolares e, para isso, deve dispor de estratégias e mecanismos, que visam buscar este objetivo, refletindo nas notas obtidas nas avaliações externas, especialmente no IDEB.

Para França *et al.* (2022), o IDEB deve ser usado pelos sistemas e escolas como parâmetro, no momento de elaboração dos seus planejamentos e criação de programas e projetos educacionais. Porém, quando não é realizada essa reflexão dos resultados obtidos, corre-se o risco de a escola perder seu objetivo final, que é o verdadeiro aprendizado do educando.

Segundo Nogueira (2021), as boas notas do IDEB estão vinculadas a programas educacionais locais, estaduais e municipais. Tal autor afirma ainda que exemplos de bons resultados no IDEB podem estar relacionados a projetos e programas utilizados pelos estados.

Para Moraes e Gonçalves (2022), no estudo realizado, fatores intraescolares, como a precarização das escolas, influenciam na oferta de uma educação de qualidade, além da falta de infraestrutura básica e de espaços e equipamentos de aprendizagem; falta de treinamento e formação continuada para seus professores. Além disso, problemas extraescolares podem ter

contribuído para o baixo IDEB no estado do Amapá, no período estudado, dada a realidade socioeconômica.

Com base nesse princípio da necessidade de melhorias na qualidade da educação, verificou-se que o município de Ministro Andreazza adota medidas, como aulas de reforço escolar, definido na Lei nº. 905/PMMA/2.009, de 22 de dezembro de 2.009, que institui o plano de carreira, cargos e remuneração dos profissionais da educação básica da rede pública municipal, definindo como princípio a qualidade da educação, através da Lei nº. 1.449/PMMA/2015, que aprova o Plano Municipal de Educação do município de Ministro Andreazza, de acordo com as propostas de autores, como Nogueira (2021), Crozatti (2021), entre outros.

Porém, é possível afirmar que apenas essas medidas podem não ser suficientes para manter e/ou melhorar o índice de desenvolvimento de uma determinada turma, escola ou município, no que se refere à qualidade da educação, visto que, nos últimos anos, especialmente nas séries iniciais do ensino fundamental, está ocorrendo um declínio nas notas, inclusive, não alcançando, na última avaliação, a meta estipulada pelo MEC. Sabendo disso, são necessárias medidas mais concretas e amplas que envolvam estrutura de prédios, qualificação de professores, qualidade dos materiais de pesquisa, disponíveis aos alunos, envolvimento de toda comunidade escolar, ou seja, pais, professores, alunos, servidores e demais atores envolvidos no processo educacional.

Entendemos que as avaliações externas e, conseqüentemente, o IDEB se qualificam como desígnio de políticas públicas para estimular ações de melhorias para o setor educacional, a partir dos dados coletados. Entretanto, essa racionalidade se manifesta apenas nos dados estatísticos apresentados, no momento da publicação do IDEB, pois ações e propostas de melhorias da qualidade educacional não são comumente implantadas pelo estado a partir da apresentação dos índices, como: valorização do docente, piso salarial compatível com a função, redução do número de estudantes por sala, bibliotecas e salas de informática, bem equipadas, curso de formação e aperfeiçoamento para professores e a correção de valores no repasse de financiamento da educação.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para a solução da problemática de baixos índices de avaliação no IDEB, com base na pesquisa realizada, os órgãos municipais responsáveis devem realizar formações continuadas com os servidores da educação, estabelecer metas para as políticas pedagógicas, melhoria na

gestão, buscar envolvimento dos familiares e definir conteúdos programáticos diversificados. Tais ações que podem acarretar um melhor desempenho no processo de ensino/aprendizagem.

No município de Ministro Andreazza, verificamos que são desenvolvidas ações de aulas de reforço escolar, tendo como prioridade a qualidade da educação. Porém, aparentemente, essas medidas não estão sendo suficientes para melhorar a qualidade da educação, necessitando, assim, de medidas mais eficazes para obtenção de melhores resultados nas avaliações externas, como o IDEB.

Para o município em estudo, é urgente a necessidade de tomada de decisão e definição de estratégias que melhorem o IDEB do município, especialmente das séries iniciais do ensino fundamental. Além disso, é necessário que todos os gestores públicos da educação e agentes políticos definam a educação como prioridade e princípio fundamental para o desenvolvimento de cidadãos de uma sociedade.

No desenvolver do nosso trabalho, encontramos algumas limitações para a realização deste, pois destacamos a dificuldade de encontrar documentos que demonstrassem ações do município em estudo, para melhorar o IDEB das escolas municipais. Outra dificuldade foi a ausência de outros trabalhos que discutissem o mesmo tema no município, impossibilitando, assim, fazer uma comparação dos resultados obtidos.

Sugerimos novos estudos sobre o tema em questão no município, como forma de aprofundar os fatores que levaram a essa queda no IDEB dos anos iniciais. Além disso, faz-se necessário que outros trabalhos tenham como meta ouvir toda a comunidade escolar sobre as fraquezas, as limitações, os pontos fortes da educação municipal e também apontar estratégias importantes a serem desenvolvidas pelo sistema de ensino do município, para melhorar o IDEB.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Índice de desenvolvimento da educação básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>. Acesso em: 21 ago. 2023.

BRITO, A. P. G.; OLIVEIRA, G. S.; SILVA, B. A. **A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área de educação**. Editora FUCAMP, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2354>. Acesso em: 30 set. 2023.

CHIRINÉA, A. **O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e as dimensões associadas à qualidade da educação na escola pública municipal**. Universidade Estadual

Paulista (Unesp). Marília, 2010. Disponível em: [repositorio.unesp.br/items/c72b015d-9a12-4c19-8c22-daf4aeefc71b](https://repositorio.unesp.br/items/c72b015d-9a12-4c19-8c22-daf4aeefc71b). Acesso em: 30 set. 2023.

CROZATTI, J. Variáveis que influenciaram o IDEB do ensino fundamental das redes públicas municipais paulistas em 2017. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 47, p. e230327, 2021. DOI: 10.1590/S1678-4634202147230327. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/192260>. Acesso em: 30 set. 2023.

FRANÇA, S. O.; ALVES, K. K.; DUARTE, A. L. C. A utilização do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) pelos gestores escolares: Desafios da qualidade da educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 4, p. 2706–2722, 2022. DOI: 10.21723/riace.v17i4.16972. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16972>. Acesso em: 30 set. 2023.

GOMES, M. H. S. C.; BRESCIANI, L. P.; AMORIM, W. A. Políticas sociais, educação e desenvolvimento econômico: busca por evidências correlacionais a partir das avaliações do IDEB de três municípios paulistas. **Gestão & Regionalidade**, São Caetano do Sul-SP, v. 32, n. 94, p. 36-51, 2016.

IBGE. **Censo demográfico 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/r>. Acesso em: 27 set. 2023.

IBGE, **Cidades IBGE**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/ministro-andreaZZa/panorama>. Acesso em: 27 ago. 2023.

MACHADO, A. **IDEB, porque é importante e como é possível superar a meta**. Disponível em: <https://blog.portabilis.com.br/ideb-porque-e-importante-e-como-e-possivel-superar-a-meta/>. Acesso em: 01 ago. 2023.

MINISTRO ANDREAZZA. **Lei nº 905/PMMA/2009**. Disponível em: <https://www.ministroandreaZZa.ro.gov.br/arquivos/publicacoes/f8ca9bb8842b28415e89dadff0fdc353.pdf>. Acesso em: 01 out. 2023.

MINISTRO ANDREAZZA. **Lei nº 1.449/PMMA/2015**. Disponível em: <https://www.ministroandreaZZa.ro.gov.br/arquivos/publicacoes/7777388231a8c7ec26c198b28b8d4d76.pdf>. Acesso em: 01 out. 2023.

MORAIS, F.; GONÇALVES, R. S. A qualidade da educação do Amapá e seu reflexo nos indicadores do Ideb de suas escolas públicas nos anos iniciais do ensino fundamental. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 11. 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/33438/28267/374920>. Acesso em: 30 set. 2023.

NOGUEIRA, A. P. L. **AVALIAÇÃO DO IDEB: um estudo do processo avaliativo da segunda etapa do ensino fundamental no Brasil nos anos de 2013 a 2017**. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal, 2021. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/48423/1/AvaliacaoIDEBestudo\\_Leandro\\_2021.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/48423/1/AvaliacaoIDEBestudo_Leandro_2021.pdf). Acesso em: 30 set. 2023.

QEDU. **IDEB Ministro Andreazza**. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/1101203-ministro-andreazza/ideb>. Acesso em: 01 out. 2023.

SANTOS, A. C. P.; NUNES, S. M. L.; FERREIRA, A. A. O IDEB e o SAEB: uma análise e interpretação dos seus resultados. **Pesquisa e Debate em Educação**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 1–19, e34598, 2022. DOI: 10.34019/2237-9444.2022.v12.34598. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/34598>. Acesso em: 30 set. 2023.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA AMAZÔNIA. Disponível em: <http://www.educacao.am.gov.br/ideb-2019>. Acesso em: 28 set. 2023.

SENKEVICS, A. S.; ALCÂNTARA, V. G. **NIVELANDO POR BAIXO**: Impactos da pandemia na queda de aprendizado no 5º ano do ensino fundamental brasileiro. Disponível em: [C:/Users/Aparecida/Downloads/Senkevics\\_Alcantara\\_2023\\_Nivelando\\_por\\_Baixo.pdf](C:/Users/Aparecida/Downloads/Senkevics_Alcantara_2023_Nivelando_por_Baixo.pdf). Acesso em: 16 out. 2023.

SILVA, E. Gestão escolar e IDEB: propostas e suas relações para o crescimento do índice de desenvolvimento da Educação Básica dos anos finais do Ensino Fundamental nas Escolas Municipais de Paragominas/PA-Brasil. **Revista Internacional de apoyo a la inclusión**, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=574660906003>. Acesso em: 23 set. 2023.

VALLE, T. **IDEB e Accountability**: Efeitos da Publicação do Índice na Educação Pública Municipal Brasileira. Monografia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: [https://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Tomas\\_Ruiz\\_de\\_Gamboa\\_do\\_Valle\\_Mono\\_21.2.pdf](https://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Tomas_Ruiz_de_Gamboa_do_Valle_Mono_21.2.pdf). Acesso em: 30 set. 2023.

VASCONCELLOS, C. S. Sobre o Papel da Supervisão Educacional Coordenação Pedagógica. **Coordenação do Trabalho Pedagógico do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 11. ed. São Paulo: Libertade, 2010. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2724078/mod\\_resource/content/1/Sobre%20o%20papel%20da%20supervis%C3%A3o%20pedag%C3%B3gica.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2724078/mod_resource/content/1/Sobre%20o%20papel%20da%20supervis%C3%A3o%20pedag%C3%B3gica.pdf). Acesso em: 30 set. 2023.